

Batata quente

Luiz Orlando Carneiro

O grupo de constituintes coordenado pelo senador José Richa, que vem trabalhando em consonância com o relator Bernardo Cabral, e refletindo a tendência centrista da maioria da Assembléia Nacional, chegou ao fim da faina de enxugar e tornar mais equilibrado o projeto constitucional da Comissão de Sistematização.



Suprimindo, substituindo, modificando, transferindo e, em alguns casos, aditando capítulos, seções e artigos, o grupo chegou a um projeto de 297 artigos, bem mais em conta que o calhamaço de 496 artigos, fruto da compatibilização dos anteprojetos das oito comissões temáticas. A contribuição desse grupo de trabalho dos moderados deverá influir decisivamente nos rumos da Constituinte. No entanto, nem um grupo tão afinado teve condições políticas de enfrentar a questão do sistema de governo, optando-se pela redação de uma proposta prevendo o parlamentarismo e de outra com a fórmula presidencialista.

A sessão extraordinária da noite de terça-feira, cujo tema foi o sistema de governo, pouco terá contribuído para o encaminhamento da questão no nível de um debate elevado e sincero que uma Constituinte exige, exceção feita à magistral intervenção do senador Afonso Arinos. A "batata quente" ficará passando de mão em mão, até que o relator, ao enviar seu substitutivo para o plenário, seja obrigado a optar por uma das três colunas, provavelmente a do meio, já que o parlamentarismo híbrido e presidencialismo mitigado são, no fim, quase a mesma coisa.

Muitos parlamentares estão convencidos de que, à medida em que a discussão para valer do sistema de governo vai sendo adiada para os rounds finais do plenário, em consequência de questões conjunturais, como o mandato do presidente Sarney e o (in)sucesso do Plano Bresser, mais atingida vai sendo a

representatividade dos constituintes e a soberania da Assembléia. A persistir o atual impasse — advertem — é inevitável que a Constituinte transfira para o eleitorado, através de plebiscito, decisões que, soberanamente, lhe cabem.

Duas propostas plebiscitárias já foram apresentadas por deputados de partidos minoritários (PDT e PT) através de projetos de resolução — uma fixando a duração do mandato do presidente Sarney, a outra submetendo o texto constitucional ao referendo popular. O relator da Comissão de Sistematização deverá dar parecer contrário aos dois projetos, mas já se considera difícil estancar, mais adiante, uma consulta plebiscitária específica sobre o sistema de governo. Mesmo porque os presidencialistas estão certos de que um plebiscito lhes seria francamente favorável, como aliás indica a última pesquisa Gallup divulgada pelo Palácio do Planalto.

A Constituinte, que iniciou seus trabalhos tão ciosa de sua representatividade e de sua soberania, vai aos poucos abrindo a guarda às chamadas iniciativas populares, em função de interesses eleitorais de algumas de suas lideranças mais expressivas. O caso mais citado é o do senador Mário Covas que, representando sete milhões de eleitores, vai às ruas de São Paulo ajudar a colher 30 mil assinaturas para uma emenda popular marcando para novembro de 1988 a eleição presidencial.

Aproveitando esse clima plebiscitário, constituintes presidencialistas já se prepararam para não aceitar passivamente uma derrota em plenário, denunciando o caráter casuístico do "parlamentarismo já". Um deles faz circular cópias de uma carta de João Mangabeira a Raul Pilla, de junho de 1956, em que Mangabeira se insurgia contra mais uma tentativa de mudança do regime, sem consultar o eleitorado.

"Dos partidos brasileiros — escrevia então Mangabeira — somente o Libertador tem autoridade política e moral para pleitear essa reforma. Os outros não incluíram o parlamentarismo nos seus programas; não levantaram essa bandeira nas suas campanhas eleitorais. Não podem, portanto, surpreender a nação com o imprevisto dessa iniciativa. (...) Maiorias ocasionais, serzidas de retalhos de partidos, não podem fazer uma subversão dessa natureza, máxime sem a mínima audiência do eleitorado, a cujo voto sem essa consulta se apresentara em pleitos sobresseguidos".